



MINISTÉRIO DA GESTÃO E DA INOVAÇÃO EM SERVIÇOS PÚBLICOS
Secretaria de Serviços Compartilhados
Diretoria de Gestão Estratégica
Comitê Interministerial de Governança de Serviços Compartilhados
Câmara Temática de Orçamento, Finanças, Contabilidade e Custos

ATA DE REUNIÃO

6ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA TEMÁTICA DE ORÇAMENTO, FINANÇAS, CONTABILIDADE E CUSTOS - CTOFC

DATA, HORÁRIO E LOCAL DA REUNIÃO

Reunião realizada em **27 de maio de 2025**, às 10h, no Bloco F, anexo – ala A, Sala 210.

PESSOAS PRESENTES

Membros da CTOFC: **Leonardo David da Silva Luiz** - Diretor de Orçamento, Finanças e Contabilidade (Titular - SSC/MGI); **Thais Alves Medeiros** - Coordenadora-Geral de Programação e Descentralização Financeira (Suplente - MGI); **Ana Cláudia Nonato da Silva Loureiro** – Coordenadora-Geral de Gestão (Titular - MIR); **Marcos da Costa Avelar** – Coordenador de Orçamento (Titular - MPI); e **Wagner de Souza Melo** – Coordenador de Orçamento (Titular- MMulheres).

Convidados e outros participantes: **Enoque da Rocha Costa** – Coordenador-Geral de Contabilidade e Custos (MGI); **Marconi da Silva Santos** – Chefe de Divisão (MGI); **Lílian Costa Cardoso** – Analista de Seguro Social (MGI); e **João Henrique Paes Almeida** – Chefe de Divisão (MGI).

I. ABERTURA

O Secretário-Executivo do colegiado, Leonardo David da Silva Luiz, abriu a reunião cumprimentando os participantes e dando boas-vindas aos integrantes da Câmara Temática de Orçamento, Finanças, Contabilidade e Custos (CTOFC). Em seguida apresentou a pauta da reunião e o resultado das deliberações da reunião anterior.

II. APRESENTAÇÕES PARA DISCUSSÃO

Item 1: Planejamento Orçamentário do Colaboragov:

Iniciando a pauta, foi abordado o planejamento orçamentário para o exercício de 2025, com ênfase nas principais diretrizes que vêm sendo adotadas. Destacou-se a importância de pactuar com as unidades participantes a linha de atuação adotada, ao mesmo tempo em que se abriu espaço para contribuições e sugestões que possam aprimorar o processo.

Reiterado que o projeto Colaboragov deve ser compreendido não apenas como um modelo organizacional da máquina pública, mas também como uma iniciativa

participativa, na qual os envolvidos possam contribuir ativamente com propostas, críticas e opiniões.

Em relação às reuniões sobre janelas de crédito, sejam elas do tipo 900 ou de crédito compensado, foi destacado que essas já vêm sendo realizadas regularmente. A Coordenação-Geral de Orçamento tem coordenado o envio de ofícios e e-mails aos pontos focais, o que tem contribuído para a organização dos trabalhos.

No que tange ao Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) de 2026, foi informado que a Portaria da Secretaria de Orçamento Federal (SOF) já foi publicada, e, assim como nas janelas de crédito, também serão promovidas reuniões técnicas para tratar do tema. A equipe já realizou encontro relativo ao qualitativo e foi destacada a sugestão do servidor Macos Avelar, o que contribuiu com o envio de materiais explicativos, os quais foram encaminhados às unidades para apresentação junto aos tomadores de decisão.

Houve também reconhecimento a críticas construtivas, como a realizada pelo Ministério da Igualdade Racial (MIR), que elogiou o material enviado pela Coordenação-Geral de Orçamento sobre os limites de execução até novembro. Esse tipo de conteúdo, mais didático, visa suprir lacunas existentes nas normas, tornando a informação mais clara e acessível ao público interno.

Foram mencionadas ainda as ações de orientação para o encerramento da execução orçamentária. Segundo o Decreto de Programação Orçamentária e Financeira, o prazo final para empenho em 2025 está previsto para o dia 2 de dezembro, considerado bastante restrito, sobretudo se mantido o percentual de liberação de 40% próximo à data final.

Ressaltada a necessidade de planejamento antecipado com o objetivo de maximizar os empenhos ao longo do exercício, minimizando riscos na reta final do ano. Mesmo diante de limitações enfrentadas por algumas áreas, a equipe se colocou à disposição para apoiar na busca das melhores estratégias de organização da execução.

Foi mencionado o estudo em andamento para analisar o comportamento dos empenhos realizados em 2024, por contrato ou por CNPJ. A proposta é utilizar essas informações como base para replicação em 2025, considerando a regularidade dos contratos e permitindo a antecipação de grande parte dos empenhos. A estimativa é que seja possível empenhar aproximadamente 80% da dotação antecipadamente, deixando apenas um pequeno saldo para a fase final, o que reduziria significativamente a carga operacional no encerramento do exercício.

A equipe informou que, após a virada do mês de maio para junho, pretende consolidar essa proposta e, caso haja interesse, compartilhá-la com as demais unidades envolvidas.

Item 2 Painéis de Gestão Orçamentária e Restos a Pagar:

O painel implementado visa facilitar o acesso às informações sobre a gestão orçamentária, com ênfase na execução, utilizando recursos visuais como imagens e cores para tornar os dados mais claros e acessíveis. Dessa forma, pretende-se aprimorar a absorção das informações, que atualmente são apresentadas por meio de planilhas ou pelo sistema Tesouro Gerencial.

Um ponto específico ressaltado foi o acompanhamento por unidades gestoras. A atual sistemática do SIOP não apresenta detalhamento suficiente sobre a

localização dos recursos dentro das unidades gestoras, o que é fundamental para identificar onde os recursos estão efetivamente alocados, especialmente em casos de transferências por TEDs.

O painel também contemplará informações sobre restos a pagar, aspecto considerado relevante para otimizar a gestão dos recursos disponíveis. Embora os restos a pagar estejam vinculados a contratos ou CNPJs específicos, há possibilidade de melhor aproveitamento desses recursos, principalmente em períodos de restrição orçamentária. Além disso, o painel permitirá maior transparência sobre o estoque de restos a pagar, contribuindo para uma gestão orçamentária e financeira mais eficiente, especialmente em estruturas administrativas complexas com múltiplas unidades.

As informações disponibilizadas contemplarão dados como dotação atualizada, dotação bloqueada, créditos e demais elementos essenciais à gestão orçamentária. Os usuários poderão filtrar dados por ação orçamentária, plano orçamentário, unidade orçamentária e unidade gestora, permitindo uma visão abrangente e detalhada conforme a necessidade.

Ressaltou-se a importância de receber feedbacks contínuos dos usuários, a fim de aprimorar constantemente os painéis e garantir que atendam às necessidades dos Órgãos solicitantes. Reforçou-se o compromisso com a transparência e a eficiência no acompanhamento dos recursos, buscando facilitar o acesso às informações e promover uma gestão orçamentária cada vez mais ágil e precisa.

Reconhece-se que as consultas relacionadas aos RAPs (Restos a Pagar) são, em geral, mais complexas e de difícil extração. Foi apresentada a nova entrega referente ao painel de RAPs, desenvolvida com o objetivo de promover maior transparência e facilitar o acompanhamento dessas informações.

A proposta da equipe foi construir um painel simples e objetivo. O material contém todas as informações necessárias e está organizado em duas abas: a primeira apresenta os dados em formato de planilha e a segunda disponibiliza a visualização por meio de gráficos. O foco principal do painel está voltado às unidades executoras, considerando a capilaridade orçamentária, nas quais muitas vezes a execução ocorre em órgãos distintos da origem do recurso.

A Coordenação-Geral de Programação e Descentralização Financeira reforçou o compromisso de estreitar a comunicação com os Órgãos. A proposta é estabelecer um alinhamento mais próximo, visando melhorias na gestão financeira.

Por fim, destacou-se que diversas melhorias implementadas já refletem o retorno recebido dos Órgãos. O feedback contínuo permanece essencial para que a CGFIN possa alinhar cada vez mais os produtos às necessidades dos usuários.

Item 3 Análise e Atendimento Contábil:

Foi apresentada uma visão contábil elaborada a partir do que é realizado pela equipe. Foi exibida uma visão panorâmica do balancete de cada órgão, com o objetivo de proporcionar aos participantes uma compreensão mais clara dos dados ali contidos, acompanhados de anotações explicativas para subsidiar a análise.

Foi explicado que o modelo apresentado corresponde à contabilidade setorial, abrangendo os treze órgãos do Modelo B do Colaboragov. Ainda que esses órgãos não estejam inseridos diretamente na execução orçamentária, financeira e contábil, eles possuem lançamentos relacionados à folha de pagamento, onde são acompanhados e analisados pela Diretora de Gestão de Pessoas.

Apresentou-se, em seguida, um painel de atendimento às unidades, tanto

diretas quanto indiretas, alimentado a partir das respostas fornecidas pela equipe técnica. O painel permite a análise das demandas, categorizadas por tipo e assunto, e facilita o acompanhamento das interações e suporte prestado.

Nos casos de inconsistências e restrições contábeis, tais como saldos invertidos, que são registradas no relatório de gestão, a equipe analisa os apontamentos e identifica a macrofunção correspondente para orientar as unidades quanto à regularização.

O relatório de conformidade agora está disponível na versão Web do SIAFI, o que permite maior detalhamento das observações, incluindo, por exemplo, a identificação de TEDs vencidos.

Internamente, o MGI tem promovido reuniões com as unidades descentralizadas para discutir apontamentos e orientar sobre os procedimentos de regularização. Foi destacada a necessidade de convocação de reunião com as unidades envolvidas no Colaboragov para tratar das inconsistências.

Ressaltou-se que algumas pendências não dependem exclusivamente dos órgãos contábeis, como no caso de recursos repassados a outras unidades. Nesses casos, é necessário contato com as unidades executoras para assegurar a devida prestação de contas.

Como encaminhamento final, ficou acordado que a Coordenação-Geral de Contabilidade e Custos:

encaminhará às CGGAs o relatório mensal com as ocorrências apontadas na conformidade contábil;

buscará medidas para adotar o modelo de reuniões já realizados com as SRAs deste MGI para os órgãos do Colaboragov para fins de regularização das ocorrências; e

aperfeiçoará os canais de comunicação, para garantir que as informações alcancem efetivamente as CGGAs e os demais gestores envolvidos.

PONTOS DE ESCLARECIMENTO E DEBATE:

Durante esta parte da reunião, o objetivo foi esclarecer as dúvidas pertinentes.

Por parte do Ministério dos Povos Indígenas (MPI) foi relatada uma recorrência na descentralização de recursos, baseada em estimativas de contratos sob demanda, sem o devido empenho. A cada nova solicitação, há novo pedido de descentralização, o que tem gerado retrabalho.

Diante disso, foi proposta a realização de uma reunião integrada com a participação das seguintes unidades: Diretoria de Administração e Logística, Diretoria de Tecnologia da Informação, Diretoria de Orçamento, Finanças e Contabilidade e os Órgãos demandantes do Colaboragov.

De forma semelhante, o Ministério da Igualdade Racial (MIR) e o Ministério das Mulheres (MMulheres) também relataram enfrentar o mesmo problema, ainda que com órgãos distintos. No caso do MIR e MMulheres, por ainda possuirem contratos compartilhados com o Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC), firmados antes da implementação do Colaboragov, tornou-se necessária uma articulação entre os seguintes órgãos: MMulheres, MIR, MDHC e este MGI, a fim de alinhar procedimentos quanto à execução desses contratos.

Como encaminhamento, foi registrada a proposta de criação de reuniões

extraordinárias com caráter transversal, nos modelos das câmaras temáticas, com a participação das unidades envolvidas. Essas reuniões terão como objetivo discutir temas específicos que afetam mais de um Órgão e buscar soluções integradas para a execução orçamentária.

V. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Leonardo David da Silva Luiz, Secretário-Executivo do colegiado, destacou que haverá outros encontros da CTOFC. As prováveis datas já foram encaminhadas para a reserva de agenda. Contudo, este MGI coloca-se à disposição para quaisquer problemas recorrentes ou específicos, oferecendo a melhor orientação e suporte possível.

Não havendo nada mais a tratar, a reunião foi encerrada às 11h e lavrada a presente ata por Dimateus Mariano Nunes, da equipe da Diretoria de Orçamento, Finanças e Contabilidade da **CTOFC**, que depois de aprovada, será assinada eletronicamente pelo **Leonardo David da Silva Luiz** e disponibilizada no portal do MGI.

APÊNDICE 1 – PLANILHA DE CONTROLE DE QUÓRUM DA REUNIÃO

ID	ÓRGÃO	MEMBROS TITULARES	MEMBROS SUPLENTES	CONVIDADOS E PARTICIPANTES EXTRA	TOTAL
1	Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos - MGI	1	1	4	6
2	Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços – MDIC	0	0	0	0
3	Ministério da Igualdade Racial – MIR	1	0	0	1
4	Ministério dos Povos Indígenas – MPI	1	0	0	1
5	Ministério das Mulheres – MMulheres	1	0	0	1
Total					9

LEONARDO DAVID DA SILVA LUIZ
SECRETÁRIO-EXECUTIVO DO COLEGIADO



Documento assinado eletronicamente por **Leonardo David da Silva Luiz**, **Secretário(a) Executivo(a)**, em 04/06/2025, às 17:24, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://colaboragov.sei.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **51234762** e o código CRC **D37F560C**.